

TRABALHO E RESISTÊNCIA NOS ASSENTAMENTOS DO PONTAL DO PARANAPANEMA¹

Angela dos Santos Machado²

Ana Lúcia de Jesus Almeida³

RESUMO : No Pontal do Paranapanema, extremo sudoeste do estado de São Paulo, existem mais de uma centena de assentamentos da reforma agrária que resistem todos os dias “cercados” pela cana-de-açúcar. Seja por falta de opção, seja como o único modo de conseguir renda para continuar no lote, alguns assentados buscam emprego no setor canavieiro. Esses assentados são agregados nos lotes dos pais e, por isso, não há nenhum impedimento legal em trabalhar fora. Nosso objetivo nesse texto é discutir a reforma agrária no Pontal do Paranapanema e as formas de resistência dos assentados para continuar na terra, o trabalho no setor canavieiro, as formas de controle do trabalhador bem como as repercussões desse trabalho para a saúde dos trabalhadores. A abordagem teórico-metodológica consistiu na análise de entrevistas produzidas com assentados que laboram no setor canavieiro. Essas entrevistas estão em processo de análise, mas até o momento foi possível observar que os riscos inerentes ao trabalho mecanizado no setor canavieiro estão relacionados, sobretudo, ao ritmo intenso das atividades laborais.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamento; Cana-de-açúcar; Trabalho; Pontal do Paranapanema.

ABSTRACT: In Pontal do Paranapanema, extreme southeast of the State of São Paulo, there are more than a hundred of agrarian reform settlements that resist daily “surrounded” by sugar cane plantations. Whether by lack of options or the only way to get money to remain in the settlement, some settlers seek jobs in the sugar cane sector. Those settlers are aggregated into their parents’ properties, then there is no hindrance to working somewhere else. Our main goal in this essay is discussing the agrarian reform in Pontal do Paranapanema, the ways the settlers resist to remain in the land, the work in the sugar cane sector, the ways to control the worker as well as the consequences of that work to the workers’ health. The theoretical and methodological approach consists on analyzing interviews that were made with settlers who work in the sugar cane sector. Those interviews are being processed, but up to now it was possible to observe that the inherent risks of the mechanical working on the sugar cane plantations are related, above all, to the intense pace of working activities.

KEYWORDS: Settlement; Sugar cane; Work; Pontal do Paranapanema.

INTRODUÇÃO

A luta pela terra no Brasil, enfrentada pelos movimentos sociais, tornou possível a existência da Reforma Agrária que, embora seja tímida, realizou o sonho de mais de um milhão de famílias de ter acesso a um pedaço de terra. No entanto, realizar desapropriações de latifúndios e transformá-los em assentamentos pode não ser suficiente para que as terras se tornem produtivas.

As dificuldades enfrentadas pelas famílias assentadas iniciam-se logo que adentram ao lote, uma terra nua, sem habitação, sem água, sem energia, ou seja, sem o mínimo de infraestrutura para se iniciar uma nova vida. Muitas vezes, continuam em barracos de lona aproveitando o material utilizado nos acampamentos na beira da estrada. Aos poucos conseguem obter recursos para construir a casa, o poço, ter acesso à energia elétrica e produzir no lote.

Às vezes, conseguem acessar alguma política pública que ajuda na melhoria da produção e da qualidade de vida dos assentados. Mas, nem sempre isso é possível tendo em vista a descontinuidade das políticas públicas e os critérios estabelecidos para seu acesso que, muitas vezes, não

¹ Agrademos à FAPESP pelo apoio à pesquisa.

² Mestranda em Geografia – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista – UNESP/ Presidente Prudente. E-mail: angelasm.geo@gmail.com

³ Professora Doutora – Departamento de Fisioterapia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista – UNESP/ Presidente Prudente. E-mail: analu@fct.unesp.br

levam em consideração a realidade dos pequenos agricultores⁴. Portanto, nem todos conseguem acessar ou manter as políticas públicas.

O modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado prioriza a manutenção de uma economia baseada na produção de *commodities* exportáveis em detrimento de uma soberania alimentar que valorize a agricultura camponesa. Esse fator contribui para a saída da população do campo ou a transformação do assentamento em simples local de morada enquanto o trabalho se dá fora do lote.

Neste texto, visamos discutir essas questões na escala regional do Pontal do Paranapanema-SP, um território disputado por classes sociais distintas que possuem projetos antagônicos sobre a destinação das terras e sua função social. Na primeira seção, realizamos uma breve contextualização sobre as origens dos conflitos no Pontal em que evidenciamos a grilagem de terras e os processos de retomada de frações do território pelos movimentos camponeses. Na segunda seção, discutimos os diferentes projetos em disputa nesse território protagonizados, sobretudo, pelo capital sucroalcooleiro e os assentamentos da reforma agrária. Na última parte, discutimos os resultados parciais de nossa pesquisa de mestrado por meio de entrevistas que foram realizadas com assentados da reforma agrária empregados no setor canavieiro, destacando as formas de controle do trabalhador e os rebatimentos do trabalho para a saúde dos trabalhadores

É importante pontuar o contexto em que se deu a produção das entrevistas bem como nos posicionarmos enquanto pesquisadoras e produtoras dos sentidos atribuídos às falas dos entrevistados. Fundamentamo-nos na ideia de “conhecimento parcial e posicionado” que Silva (2017) atribui às epistemologias feministas. Assim, é de fundamental importância considerar a posição da pessoa que produz o conhecimento e os caminhos que ela percorreu no desenvolvimento da pesquisa para compreender seus resultados.

As autoras, enquanto acadêmicas que não tiveram a vivência camponesa, nem do trabalho no campo, nem da árdua luta pela terra, têm buscado

⁴Um exemplo é o Programa de Microbacias no estado de São Paulo, financiado pelo Banco Mundial, sujeito às exigências dessa instituição. Em sua primeira edição (2000-2008) a prioridade era o meio ambiente incentivando os produtores a adotarem práticas sustentáveis de manejo do solo e da água. Na segunda, houve uma ruptura com o que estava sendo desenvolvido e o programa passou a priorizar a inserção dos pequenos produtores no mercado. O acesso aos recursos foi restringido aos agricultores organizados em associação ou cooperativa e que tiveram planos de negócios submetidos e aprovados. No entanto, essas exigências não levaram em consideração a realidade do estado de São Paulo cujas associações rurais, em sua maior parte, não estão em funcionamento (NEVES NETO; HESPANHOL, p.248, 2015).

compreender a questão agrária brasileira, posicionando-se em defesa da reforma agrária, da produção de alimentos saudáveis e de uma melhor qualidade de vida no campo.

O processo de produção de entrevista é um jogo de relações de poder em que nós pesquisadoras não somos as detentoras do conhecimento, quem detém as informações que precisamos são os entrevistados. A cada pergunta que realizamos está por trás nossos interesses, impomos o assunto que será tratado. Existe um estranhamento entre as partes que se revela nos comportamentos, nas roupas, nos gestos, nas falas de pessoas que vivem realidades distintas.

É preciso ressaltar que estaremos diante de aspectos subjetivos das pesquisadoras e também dos pesquisados. Utilizamos uma abordagem teórico-metodológica da pesquisa qualitativa em que não existe objetividade, normalmente os relatos dos sujeitos são repletos de subjetividade, inexatidões, emoções, visões de mundo e fantasias. “Ao contrário do que se pensa, é exatamente o conjunto dessas alterações que interessa” (MEIHY, 2002, p.47). Pois, uma história contada é sempre uma “versão sobre os fatos e não os fatos em si”, é sempre uma “construção comprometida” (MEIHY, 2002, p.50). Por isso, a pesquisa qualitativa não busca a verdade, mas sim a experiência.

BREVE HISTÓRICO

De acordo com Feliciano (2009), o Pontal do Paranapanema é marcado por um histórico de expropriação e violência, assim como todo o território brasileiro. Os indígenas foram massacrados e expulsos durante o final do século XIX e início do XX. Em seguida, houve um processo de apropriação do território, grilagem de terras e desmatamento de reservas naturais.

Esse território foi construído por meio do conflito entre distintas classes sociais que o disputam resultando em uma fragmentação entre terras ilegais sob o domínio de fazendeiros, terras retomadas pelos camponeses por meio de luta e transformada em assentamentos rurais e terras em disputa judicial, movida principalmente pela pressão dos movimentos camponeses para que se cumpra a lei designando as terras públicas para a reforma agrária (FELICIANO, 2013).

Atualmente, a cana-de-açúcar tem forte predominância na produção agrícola do Pontal do Paranapanema. Esse território passou por diversos ciclos produtivos: o café, uma das culturas mais importantes na região até

a crise de 1929, foi substituído pelo algodão nos anos 1930 e, ao mesmo tempo, surgiram o amendoim e a pecuária com menor expressividade. Outras culturas como arroz, feijão, milho e batata inglesa destacaram-se a partir da década de 1960. Em seguida, as lavouras permanentes passaram a ser substituídas pelas temporárias de soja, trigo e cana-de-açúcar. O trigo era plantado por colonos e voltado para o consumo próprio. A soja, que se expandiu na região entre os anos 2001 e 2005, foi fruto de um planejamento governamental que visava sua expansão para exportação, mas não houve boa adaptação da cultura na região. As áreas ocupadas pela soja foram então substituídas pela cana-de-açúcar (SOBREIRO FILHO, 2013).

A origem da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema remete à década de 1970, época do surgimento do Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL). De acordo com Thomaz Júnior (2002), o incentivo estatal tinha como objetivo produzir uma alternativa energética ao petróleo em um período em que a sua cotação estava em alta e o preço do açúcar em queda. Os primeiros canaviais e unidades agroindustriais do Pontal foram geridos por latifundiários da região que se inseriram no setor atraídos pelos incentivos financeiros do programa.

No Brasil, a partir de 2003, houve um novo processo de expansão da cana-de-açúcar em razão do crescimento da demanda internacional e pelo aumento do uso do etanol em automóveis *Flex Fuel*. No Pontal, essa nova expansão ganhou expressão a partir de 2005, dessa vez com unidades agroindustriais ligadas a grupos empresariais ou familiares, de capital nacional ou internacional, como o grupo norueguês *BioEnergy* e a *Odebrecht* que adentram na região por meio de processos de fusão/aquisição expressando um processo de concentração e centralização de capitais (BARRETO, 2012).

De acordo com os dados do CANASAT do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), entre os anos 2003 e 2013, a área plantada com cana-de-açúcar na região cresceu quase 500%. Por outro lado, como aponta Sobreiro Filho (2013), houve um forte decréscimo das demais culturas, sobretudo do arroz e do feijão.

A luta do movimento camponês no Pontal do Paranapanema iniciou-se na década de 1990 quando milhares de famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizaram centenas de ocupações de terras nesse território com o objetivo de pressionar para que o Estado retomasse as terras devolutas (FERNANDES; RAMALHO, 2001).

A partir da disputa pelo território com os latifundiários e empresários do setor canavieiro, frações do território passam para as mãos dos camponeses sem terra. Na década de 1990, o Pontal foi uma das regiões com maior número de conflitos por terra do Brasil. Como aponta Fernandes (2005), a conquista de territórios camponeses é resultado da luta realizada pelos movimentos socioterritoriais e não da boa vontade do Estado em realizar a reforma agrária.

Feliciano (2009) ressalta que antes da formação dos movimentos camponeses existiam apenas duas possibilidades de destino para as terras devolutas: a legalização das posses ou a preservação ambiental. A reforma agrária como possibilidade só surgiu com as ações camponesas.

PROJETOS EM DISPUTA

Atualmente, existem 116 assentamentos espalhados pelo Pontal do Paranapanema onde vivem cerca de 6.364 famílias em uma área somada em mais de 143 mil hectares (Quadro 1). Essas famílias retiram renda sobretudo da produção de leite e produzem para o autoconsumo mandioca e horticultura (BARONE et. al, 2012).

Os programas de comercialização institucional foram um grande estímulo para a produção. Leal (2017) aponta que, em 2013, 1.277 famílias assentadas no Pontal do Paranapanema participaram do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), esse número representou cerca de 30% das participações no estado de São Paulo. No entanto, houve uma forte redução dos recursos destinados a essa importante política pública. No ano de 2012, 2.152 famílias participaram do PAA no Pontal do Paranapanema. Em 2013, houve queda de mais de 40% nesse número com a participação de 1.277 famílias. Em 2014, houve uma elevação na quantidade de famílias participantes do PAA com relação ao ano anterior (1.794), mas não se atingiu o nível de 2012. Em 2015, a queda foi mais abrupta com apenas 669 participações no programa, número que representa uma queda de quase 70%. A descontinuidade desse programa é um fator extremamente preocupante visto que muitas famílias camponesas dependem desse programa para a venda de seus produtos.

Além de não poderem contar com recursos públicos para viabilizar a produção de alimentos, vivem “cercados” pela cana-de-açúcar que se expandiu na região e sofrem as consequências da pulverização aérea de agrotóxicos (MAPA 1). Isso resulta na dificuldade das famílias produzirem alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, pois a produção é contaminada pelo veneno lançado na cana e se não é contaminada, é danificada.

Quadro 1 - Número de assentamentos, famílias e área por município - pontal do paranapanema (1985-2016)

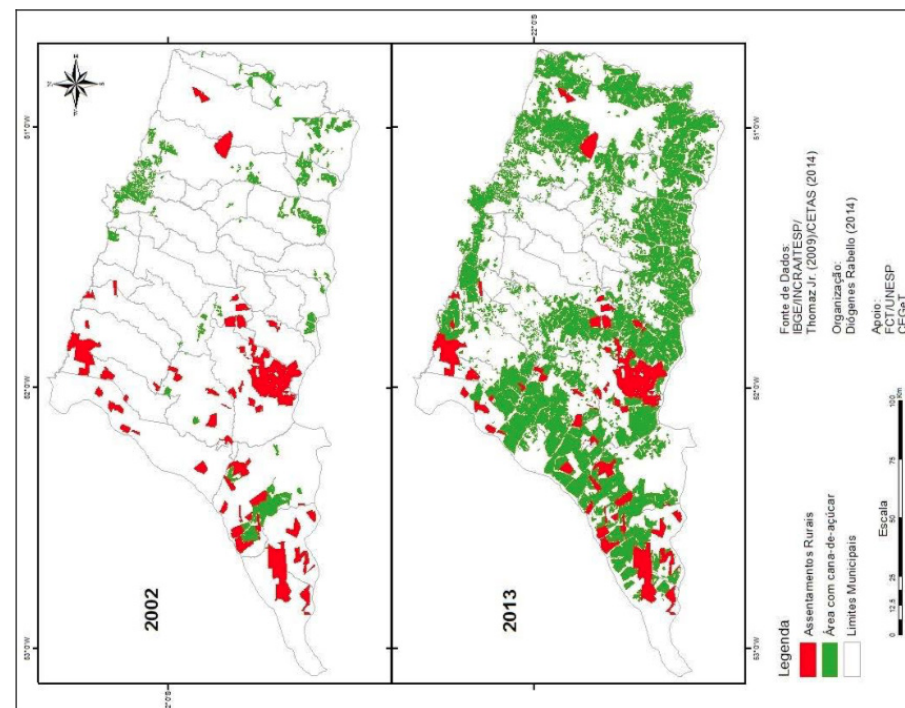
MUNICÍPIO	NÚMERO DE ASSENTAMENTOS	NÚMERO DE FAMÍLIAS	ÁREA EM HECTARES
CAIUÁ	8	446	10.736
EUCLIDES DA CUNHA	9	519	10.935
IEPÊ	2	84	599
JOÃO RAMALHO	1	29	55
MARABÁ PAULISTA	6	261	6.481
MARTINÓPOLIS	2	124	2.745
MIRANTE DO PARANAPANEMA	36	1733	36.013
PIQUEROBI	3	84	2.595
PRESIDENTE BERNARDES	8	266	7.193
PRESIDENTE EPITÁCIO	4	342	6.088
PRESIDENTE VENCESLAU	8	448	10.101
RANCHARIA	2	178	4.265
ROSANA	4	768	18.307
SANDOVALINA	2	198	4.017
TEODORO SAMPAIO	21	884	23.371
TOTAL	116	6364	143.501

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2014. Organizado pela autora. Obs.: Atualizado com dados até 2016, disponibilizados pelo DATALUTA.

Ou seja, as pulverizações aéreas atingem não somente os canaviais, mas as pessoas, os animais, os vegetais, os solos, as águas, tudo em seu entorno, em razão das derivas ou desvios da pulverização (PIGNATI, 2007).

Os prejuízos dos produtores de bicho-da-seda nos municípios de Mirante do Paranapanema e Sandovalina foram denunciados pelo Ministério Público. As amoreiras que servem de alimentos para o bicho-da-seda foram inutilizadas após a pulverização aérea levando as lagartas à morte. Assim como produtores de hortaliças de outros municípios da região relataram amarelamento e perda dos cultivos. Criadores também denunciaram a morte de abelhas, afetando a produção do mel. Sandovalina, região relataram

Mapa 1 - O “cercamento” dos assentamentos pela cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (2002-2013)



Fonte: RABELLO, D. (2014).

amarelamento e perda dos cultivos. Criadores também denunciaram a morte de abelhas, afetando a produção do mel. Sandovalina, que é um município com menos de quatro mil habitantes, apresenta o segundo maior índice de nascidos vivos com malformações congênicas e a maior taxa de morte por câncer do pâncreas no estado de São Paulo, existindo fortes indícios para relacionar essas taxas com o uso de agrotóxicos.

Dentre os problemas de saúde que os agrotóxicos podem causar podemos citar o aumento na incidência de cânceres, a redução da fertilidade masculina, anormalidades no desenvolvimento sexual (por exemplo, redução do número de espermatozoides) e problemas no sistema endócrino. Cada vez mais a origem desses problemas está sendo relacionada à exposição ambiental em detrimento das causas genéticas (MEYER *et al.*, 2003).

Outra problemática que atinge os assentados é a produção de pepinos, que é extremamente dependente de agroquímicos e, nessa região, é financiada por

uma empresa do Mato Grosso do Sul. De acordo com Oliveira e Feliciano (2017), a partir de 2015, essa empresa passou a aliciar os moradores dos assentamentos para a produção de pepinos destinados à indústria de picles. De início, tudo parecia muito atrativo, pois a empresa forneceria os insumos, o pacote tecnológico para a produção e assistência técnica. Além disso, a venda da produção seria garantida e o trabalho dividido entre os membros da família. Assim, 120 famílias assentadas no Pontal do Paranapanema passaram a produzir pepinos.

Com o passar do tempo as famílias foram percebendo que o negócio não era assim tão vantajoso como a empresa apregoava. A começar pela subordinação do trabalho camponês imposta pelos técnicos da empresa, as famílias precisavam trabalhar incessantemente para cumprir todas as tarefas diárias: “conduzir a planta nas espaldeiras, colher, irrigar, abastecer com hormônios e venenos os tambores que contêm água para irrigação, colher, aplicar venenos via costal, ensacar, transportar” (OLIVEIRA; FELICIANO, 2017). O trabalho exigia uma dedicação integral e diária, sem interrupção em fins de semana e feriado.

Sem contar o uso indiscriminado de uma quantidade enorme de veneno aplicado sem nenhum equipamento de segurança, embalagens com armazenamento e descarte inapropriados, famílias inteiras intoxicadas com sintomas de “dor de cabeça, dores de estomago, sonolência, tontura, fraqueza, perturbação da visão, saliva e suor excessivos, dificuldade respiratória e diarreia” (OLIVEIRA; FELICIANO, 2017).

Em trabalho de campo realizado em fevereiro deste ano, em Sandovalina, conversamos com uma família assentada que produzia pepinos para essa empresa. Soubemos que muitas famílias interromperam os serviços prestados à empresa de pepinos, pois além do trabalho incessante e do uso abusivo de agroquímicos, não conseguiram almejar a renda que havia sido prometida.

Uma das estratégias da empresa para subtrair a renda dos agricultores era por meio de um padrão de qualidade imposto às mercadorias. Os pepinos passavam por um processo de classificação em que se definia se eram de 1ª, 2ª ou 3ª qualidade. É claro que a maior parte era considerada de 3ª qualidade pagando-se trinta centavos no quilo. Enquanto os de melhor qualidade, uma pequena parte, tinha o preço de R\$2,10 por quilo. Desse modo, muitos produtores acabaram endividados, ou seja, além de tudo o que passaram ficaram devendo para a empresa.

Entretanto, vale ressaltar também as resistências camponesas ao processo

de monopolização da terra e do trabalho sob o capital. Destacamos o projeto Cestas Agroecológicas e Solidárias “Raízes do Pontal”, uma proposta alternativa de geração de renda para as famílias assentadas diante do enfraquecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esse projeto é uma parceria entre a Associação Regional para a Cooperação Agrícola (ARCA), do assentamento Gleba XV de Novembro, localizado no município de Euclides da Cunha, o Setor de Produção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) da UNESP/Presidente Prudente (NEGRÃO et. al, 2017).

As cestas consistem basicamente na comercialização dos alimentos produzidos pelos agricultores (verduras, hortaliças, legumes, ovos, frango, queijo) principalmente para a comunidade acadêmica (docentes, servidores e discentes) da UNESP e também para consumidores do município de Presidente Prudente. Além de ajudar os produtores, esse projeto tem fortalecido o debate em torno da agroecologia enquanto uma proposta contra hegemônica da ordem estabelecida pelos complexos agro-químico-alimentar-financeiros (NEGRÃO et. al, 2017).

Assim, verificamos que as estratégias de reprodução social dos camponeses, no Pontal do Paranapanema, perpassam pela produção para o autoconsumo, pela participação em políticas públicas (quando existem), por projetos de comercialização de produtos agroecológicos, em uma luta diária pela sobrevivência e pela autonomia, mesmo quando as condições são extremamente desfavoráveis como na atualidade. Mas também envolvem a subjugação do trabalho ao capital, seja produzindo para o capital no lote, seja trabalhando fora.

Percebemos no Pontal do Paranapanema dois processos evidenciados por Oliveira (2012): a territorialização dos monopólios e a monopolização dos territórios. O primeiro exercendo o controle da propriedade privada da terra e o do processo produtivo no campo, como é o caso das usinas de cana-de-açúcar, e o segundo controlando o trabalho por meio de mecanismos de subordinação estabelecidos pelo modelo agro-químico-alimentar-financeiro, como é o caso da produção de pepinos.

Em razão da grande dificuldade para se produzir no lote e viver de sua produção, alguns assentados agregados se empregam no setor canavieiro para ajudar a família na manutenção do lote e de seu modo de vida no campo. Na próxima seção, discutiremos a inserção dos camponeses assentados no trabalho do setor canavieiro, as

formas de controle do trabalhador e as consequências desse trabalho para a saúde evidenciando os resultados parciais da nossa pesquisa de mestrado obtidos por meio de entrevistas com esses sujeitos.

TRABALHO NO SETOR CANAVIEIRO

Atualmente, o trabalho nos canaviais do Pontal do Paranapanema encontra-se em fase avançada de mecanização. Desse modo, os trabalhadores assentados geralmente conseguem emprego como tratoristas, motoristas e operadores de máquinas colhedoras. É comum pensar que os problemas relacionados à saúde dos trabalhadores do setor canavieiro tiveram fim com a mecanização do corte de cana. No entanto, temos observado que esses trabalhadores sofrem forte controle do trabalho e pressão para o alcance de metas.

As entrevistas aqui analisadas foram produzidas no mês de abril de 2018 em um assentamento localizado em Teodoro Sampaio. Foram entrevistados um motorista, um tratorista, cinco operadores de máquina colhedora, uma ex-cortadora de cana, um ex-cortador de cana e uma técnica em enfermagem da unidade de saúde, totalizando 10 entrevistas. Mas, nesse artigo vamos analisar somente as entrevistas dos trabalhadores do setor canavieiro. Os nomes utilizados para identificar os entrevistados são fictícios para preservar suas identidades.

Primeiramente, vale ressaltar a dificuldade de encontrar esses trabalhadores em suas casas, pois eles chegam a ficar cerca de 12 horas fora do lote, sendo aproximadamente 8 horas de trabalho e 4 horas de trajeto até o local de trabalho e do trabalho para a casa. Grande parte dos trabalhadores vão de moto até um distrito próximo ao assentamento onde pegam o transporte da usina que os levam até o local de trabalho. A distância e o tempo de transporte variam em função do local para onde serão deslocados para trabalharem no plantio ou na colheita.

Existem três turnos de trabalho: turno A (7h00-15h00); turno B (15h-23h00); turno C (23h00 às 7h00). Assim, quem trabalha no turno A sai de casa por volta das 5h e retorna por volta das 17h, quem trabalha no turno B sai às 13h e retorna 1h da manhã, os que trabalham no turno C saem às 21h e retornam aproximadamente às 9h. Eles ainda realizam atividades no lote, principalmente a ordenha de vacas.

Portanto, é difícil esses trabalhadores estarem com tempo disponível para participar das entrevistas, pois ou estão trabalhando fora ou estão

descansando ou estão realizando alguma atividade no lote. Muitos paravam com o que estavam fazendo para nos atender, outros aceitavam conversar conosco mesmo após exaustivas 12 horas de trabalho e trajeto, além desses, tinham aqueles que acordavam mais cedo ou iam dormir mais tarde para poder participar das entrevistas.

Todos esses fatores (cansaço, pressa, sono) podem afetar a produção das entrevistas. Vale ressaltar também que percebemos um certo incomodo quando falávamos que as perguntas seriam a respeito do trabalho no setor canavieiro. Os entrevistados faziam questão de deixar claro que eles não eram os responsáveis legais pelo lote. Além disso, havia o receio de falar da empresa. Aqueles trabalhadores que já haviam se desligado do emprego ficavam mais à vontade para falar e nos forneciam mais informações sobre o trabalho. Já aqueles que estavam empregados, geralmente, respondiam de forma curta com respostas do tipo “é bom, não tenho nada a reclamar”.

Essa foi uma primeira aproximação com os sujeitos de nossa pesquisa, cheia de tensões e dificuldades, mas acreditamos que encontramos algumas pistas para realizar uma discussão acerca desse assunto. A primeira parte da análise das entrevistas consistiu na leitura atenta das falas e sua categorização. Esse processo consistiu na identificação de partes do texto que possuem sentidos semelhantes e a criação de códigos para relacioná-las. Em um primeiro momento separamos pelos seguintes assuntos:

- 1) Assentamento: assuntos relacionados a vida no assentamento como, por exemplo, a falta de renda e a necessidade de trabalhar fora;
- 2) Corpo: refere-se as “marcas” deixadas pelo trabalho no setor canavieiro nos corpos e mentes dos trabalhadores;
- 3) Direitos: perda de direitos e fatos relatados que estão em desacordo com a legislação trabalhista;
- 4) Expansão da cana: opinião sobre a expansão da cana na região e a percepção sobre seus impactos;
- 5) Geração de emprego: falta de emprego e a usina vista como única opção de trabalho;
- 6) Riscos: a percepção dos riscos no trabalho;
- 7) Trabalho na cana: assuntos relacionados ao cotidiano de trabalho na usina;
- 8) Trajeto: relacionado ao trajeto casa-trabalho e trabalho-casa, algo

bastante mencionado nas entrevistas.

Utilizamos o *software Gephi* em que é possível visualizar a conexão entre as palavras pertencentes aos discursos dos entrevistados por meio da elaboração de redes. O programa realiza cálculos estatísticos que evidenciam quais as palavras que mais apareceram nas entrevistas, bem como as relações mais fortes entre os grupos de palavras (FIGURA 2).

Essa estratégia é interessante para que possamos discutir aquilo que mais se destacou nas falas dos entrevistados e não aquilo que nós, intuitivamente, consideramos o mais importante. Nesse momento, voltaremos nossa atenção às relações evidenciadas na rede e buscaremos trechos das entrevistas que melhor expliquem essas relações.

De modo geral, percebemos que “Trabalho na cana” ficou no centro da rede, ligando-se às outras categorias (“Trajeto”, “Direitos”, “Expansão da cana”, “Riscos”, “Corpo”, “Assentamento”, “Geração de emprego”).

Figura 2 - Rede de palavras dos discursos dos entrevistados.



Org.: MACHADO (2018).

“Trabalho na cana” aparece conectado com “trabalho_cana_bom” indicando a opinião que prevaleceu entre os entrevistados de que o trabalho no setor canavieiro é bom. Pode-se destacar a ligação entre “Trabalho na cana”, “cana”, “expansão da cana”, “cana_bom”, “não_serviço”, “Geração de emprego” que significa uma opinião favorável à expansão da cana-de-

açúcar em razão da geração de emprego e por não haver outras opções de serviço na região. Antônio, um dos entrevistados, responde da seguinte forma quando questionado sobre a razão de ter começado a trabalhar no setor canavieiro:

Ah porque aqui é o que tem de serviço aqui. Para a gente aqui não tem outra coisa se não for a usina porque aqui é bem fraco de serviço, não é? Tirou a usina, acabou. Ou é tentar alguém que presta serviço para ela que nem a Ouro Verde⁵ ou a ACP⁶, os terceiros que prestam serviço...tirando isso aí acabou. Ou muitos aí trabalham em fazenda, mas o salário é pouco, não é? (ANTÔNIO, 2018).

A opinião dos entrevistados sobre a “expansão da cana” revela uma contradição em que eles respondiam como lado positivo a geração de emprego, mas também mencionavam a percepção de seus impactos negativos:

Para nós uma parte é boa e outra parte é ruim. A usina precisa. Principalmente, nós aqui que somos cercados no meio da cana, isso para nós não é bom, volta e meia acontece alguns princípios de incêndio aí, que Deus me livre e guarde, não é bom! Não é agradável para a gente não, ficar cercado de cana. Aqui olha, o avião passa veneno...o avião passa veneno[...] Então, só crescendo [a cana] e nós ficando cercados, não é? Como diz, encurralados (JOÃO, 2018).

A categoria “Expansão da cana” liga-se ao “Assentamento” que, por sua vez, evidencia a necessidade do trabalho fora do lote em razão da necessidade de obtenção de renda. O que mais se destaca na produção do lote é o leite, mas que é insuficiente para o sustento da família, daí a necessidade de buscar trabalho fora do lote no setor canavieiro.

ah no sítio você fica só com leite a renda é pouca, se for para ter uma renda aqui para ficar só no sítio tem que tirar muito leite e o gado dá um gasto danado, tem pagar aluguel de pasto, é sal, é tudo (PEDRO, 2018).

Podemos perceber, na cor laranja (FIGURA 02), uma ligação entre

⁵ Empresa transportadora de cana-de-açúcar.

⁶ ACP Bioenergia - empresa que atua no cultivo de cana-de-açúcar fornecendo para as usinas da região.

“Trajeto”, “tempo”, “Direitos” e “corte de direitos”. Algo muito mencionado como um aspecto negativo do trabalho no setor canavieiro, o tempo de trajeto. A mudança na legislação trabalhista impactou fortemente os trabalhadores, pois as horas *in itinere* não são mais contabilizadas na jornada de trabalho, o que representa uma diferença significativa nos salários. Abaixo podemos observar como era a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e como ela ficou após a reforma trabalhista (QUADRO 1). Atualmente, não importa mais se o local de trabalho é de difícil acesso, se é servido ou não por transporte público, se o empregador oferece ou não condução, de acordo com a nova redação da lei o trabalhador tem que “se virar” para chegar ao trabalho e não tem direito a receber pelo tempo no trajeto.

Quadro 1 - Alteração da CLT que trata das horas *in itinere*.

Antes da Reforma Trabalhista:
Art. 58 § 2º O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando , tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.
Após a Reforma Trabalhista:
Art. 58 § 2º O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, NÃO será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.

Fonte: Brasil, 1943. Nova redação dada pela Lei nº 13.467 de 2017. Organizado pela autora.

Destaca-se outra mudança na legislação que altera as normas do banco de horas no lugar do pagamento de horas-extras em dinheiro. O banco de horas já era previsto na lei, mas foi inserido um novo parágrafo (§ 5º do artigo 59) que diz que pode ser pactuado um acordo individual escrito entre o empregador e o empregado para definir os critérios do banco de horas, a única exigência é que a compensação ocorra no período máximo de

seis meses. Assim, sem ter um limite diário ou semanal o trabalhador fica desprotegido quanto a possíveis abusos praticados pelos patrões.

Voltando à rede de palavras (FIGURA 02), a categoria “Corpo” se relaciona com partes do corpo em que sentem dores ou que já foram lesionadas (pé, joelho, braço, perna, tornozelo, tendão). Também tem conexão com o estresse, os movimentos repetitivos, os afastamentos pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INSS), o fato de ficarem muito tempo sentados, o envelhecimento, a necessidade de tomar remédios, as cirurgias pelas quais já passaram, a percepção que tem das consequências do trabalho no corpo, como podemos observar na seguinte fala:

eu vou falar para você que é difícil, não tem nenhum serviço fácil, tudo é difícil. Às vezes, a pessoa fala “ah, vou arrumar um serviço melhor”, não existe serviço melhor, tudo é difícil. É muita “encheção de saco”, aliás “encheção de saco” são as normas da empresa. Então, são as normas da empresa...você tem que estar ali para trabalhar, mas tem dia que a cabeça da gente fica desse tamanho, tem que aguentar. Que nem eu estou praticamente há 9 anos em cima da colhedora, nove anos fez agora dia 1º de abril em cima da colhedora de cana. A gente vai ficando todo arrebitado, esses movimentos no braço, movimentos no tornozelo...tudo arrebitado, às vezes, a gente fala para as pessoas e elas falam que não é nada...está certo que é velhice. A gente ainda vai nos médicos e os médicos falam: “Não rapaz, isso é movimento repetitivo. Por isso que está dando esse problema”. É complicado, é chato...difícil (JOÃO, 2018).

O ex-cortador de cana entrevistado relatou que ainda sente dores nos ombros, nos braços, nas pernas, mesmo já fazendo anos que não trabalha mais no corte manual. Também carrega as marcas de quatro cirurgias no joelho em razão do rompimento no menisco. Os operadores de máquina relatam torções nos tornozelos quando descem das máquinas, a dor no corpo por ficar muito tempo sentados e, principalmente, o estresse em razão do forte controle exercido sobre o trabalhador que só pode pausar o trabalho em caso de extrema necessidade.

Aí as vezes você tem que ir com pressa porque quando a máquina está trabalhando é tudo ativado, aí avisa a usina que a máquina está trabalhando. Se você deixar ela parada e ela ligada e não alegar lá que você está aguardando ou que quebrou alguma coisa eles já passam

um rádio automaticamente perguntando porque que a máquina está parada com o motor ligado. Parou tem que estar aguardando ou quebrou alguma coisa, tem que passar o rádio para desativar ela (JOSÉ, 2018).

O trabalho ocorre em ritmo tão intenso que, às vezes, não param nem para fazer o horário de almoço. No trecho seguinte, o entrevistado relata que batiam o seu cartão de ponto como se estivesse parando para almoçar, mas não havia pausa. Trabalhavam o turno todo sem realizar a refeição, alguns comiam no ônibus quando estavam indo embora.

Aí não tinha tirador de horas, aí o líder falava: “Pessoal, os operadores de colhedora aí eu vou agradecer vocês se vocês ajudarem aí [...] ajuda a gente...não sei o que, fulano de tal pediu aí para ajudar porque a usina está parando por falta de cana, ajuda aí, quebra o galho aí”. Você está é louco! Trazia a comida embora! Tinha gente que vinha comendo dentro do ônibus, eu não...eu, passou da hora eu já perco a fome. Às vezes, eu levava uma bolachinha, uma maçã, aí dava para ir trabalhando e comendo ou abria o almoço e ia beliscando. Aí depois você não queria nem mais ver a marmita, mas isso aí já aconteceu comigo várias vezes. Aí mandava o crachá para o operador de trator, ele levava e deixava com o líder ou com algum lá que passava o crachá. Aí colega meu que entrou na justiça ele filmou isso aí tudinho e ele entrou na justiça e pegou um bom dinheiro eu fui até testemunha dele por causa disso aí (JOSÉ, 2018).

Na parte azul da rede aparece a categoria “Riscos” que são relacionados principalmente com “incêndio”, “veneno”, “acidente” e “machucar”. Algo que nos chamou a atenção foi a questão do incêndio nas máquinas, como elas não param de trabalhar dia e noite elas esquentam muito e é comum pegarem fogo, por isso sempre tem um caminhão-pipa acompanhando as máquinas. Em razão do número de acidentes relacionados a isso, atualmente a própria máquina tem detector de chamas, com a primeira faísca a máquina para e o fogo é apagado automaticamente. Se o fogo não for apagado automaticamente em razão de uma falha, existe um botão que o operador aperta e dispara o kit anti-incêndio. E o caminhão-pipa tem que estar sempre por perto, se ele se afastar para abastecer o tanque o operador da máquina tem que avisar a central que vai parar porque o caminhão-pipa não está próximo. Outro facilitador de princípio de incêndio é o acúmulo de palhas

no escapamento como explica José:

[...] o escapamento dela sai lá de baixo se ficar entrando palha ali naquela coisa do escapamento pega fogo, o rodante dela também trabalha no meio da palha aquilo lá trabalha ferro com ferro, vai juntando palha, esquentando e, às vezes, começa a dar problema no rolamento e você não percebe. E vai juntando palha, vai juntando palha e você não está vendo...você está trabalhando, levanta uma faísca de uma vez! (JOSÉ, 2018).

Em outro momento comenta que já aconteceu de não conseguirem apagar o fogo e a máquina queimar totalmente: “Queimou que ficou só o arco mesmo”. Um episódio marcante para os trabalhadores foi um colega de trabalho que morreu carbonizado enquanto dirigia o caminhão-pipa⁷. José relata como aconteceu esse acidente fatal:

Foi em 2016, ele trabalhava com caminhão-pipa, ele estava trabalhando perto de um lugar em que eu estava, eu escutei ele pedindo socorro no rádio, ele falou “Tombei o caminhão aqui, socorro! Vem depressa porque está pegando fogo!”. Aí já era, ele tombou o caminhão dentro do lugar que já tinha queimado porque a máquina vai colhendo e vai jogando, não é? A palha. Aquela palha, ela seca ali. [...] Aí o fogo, quando o vento passa com fogo não queima embaixo, só queima por cima. Embaixo fica tipo uma brasinha ali, aí tombou o caminhão e o caminhão saiu esfregando em cima daquilo lá, entrou dentro da cabine. O caminhão é todinho de plástico, aquele teto com aquele material...aí levantou o fogo e já era quando chegou lá o coitado estava todo torrado (JOSÉ, 2018).

O entrevistado ressalta que tinha amizade com o assentado, trabalhador canavieiro, vítima da tragédia. Conta que ele tinha uma roça de quiabo que sempre compartilhava com os amigos. E também tinha um filho pequeno. O que nos chocou ainda mais foi saber que mesmo após ver o amigo morto, carbonizado, eles tiveram que voltar a trabalhar normalmente o resto da noite porque a produção não podia parar.

Com relação aos outros tipos de acidente relatados destaca-se os tombamentos de máquinas e as colisões. Uma razão apontada para os

⁷ Fato noticiado pela imprensa local. Disponível em: <<http://gr21.com.br/motorista-morre-carbonizado-apos-caminhao-tombar-em-pres-epitacio/>> e <<http://divisanoticias.com.br/motorista-morre-carbonizado-apos-caminhao-tombar-em-pres-epitacio/>>. Acesso em 26 abr. 2018.

tombamentos foram os formigueiros que existem no meio dos canaviais, quando a máquina passa por cima eles se abrem e a máquina cai dentro deles. Contaram que uma operadora de máquina tombou enquanto trabalhava a noite e ficou presa no cinto de segurança, por sorte a máquina não pegou fogo. Outro risco é bater em árvores e linhas de transmissão de energia que estão no meio dos canaviais, como ressalta José:

Teve uma colega minha que bateu, acho que ela não tinha muita experiência, e bateu a máquina no poste da rede de energia. O fio caiu em cima da máquina e ela ficou toda energizada, não é? Aí ela [a máquina] tem um borrachão lá dentro da cabine, aí ela não pôde nem se mexer, ela ficou lá dentro da cabine assim [imitou] rezando, chorando até eles virem para desligar a energia [...] (JOSÉ, 2018).

Os operadores de máquina possuem uma visão privilegiada porque a máquina é alta, mas os tratoristas ficam em uma parte baixa e não conseguem enxergar o que estão à sua frente. O trabalho entre operador de máquina e tratorista é sincronizado, um deve acompanhar o outro, pois a cana colhida pela máquina é transferida para o trator. Assim os operadores de máquina, por possuírem uma visão melhor do terreno, precisam direcionar os tratoristas sobre o que tem em volta.

Com relação aos riscos relacionados aos venenos, os operadores de máquina, motoristas e tratoristas relatam que não têm contato direto com agrotóxicos, apenas quem trabalha com o caminhão bazuca que é o que carrega os agroquímicos. Ressaltam que fazem curso de agrotóxicos e que é obrigatório o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) para manuseá-los. Apesar de não terem contato direto, dizem sentir o cheiro do veneno no dia-a-dia do trabalho e que alguns operadores já se intoxicaram. Ressaltam também que, às vezes, acontece de o avião estar pulverizando muito próximo do local onde estão trabalhando.

Além disso, foram relatados outros riscos relacionados ao barulho, à cobras nos canaviais e aos cortes uma vez que eles precisam trocar as facas afiadas da máquina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo teve como propósito discutir o trabalho e a resistência dos assentados da reforma agrária, no Pontal do Paranapanema, que convivem com a expansão da cana-de-açúcar na região, com os impactos pela

pulverização aérea de agrotóxicos e pela falta de políticas públicas que os obrigam a buscar alternativas para continuar no lote e conseguir renda.

As saídas encontradas perpassam pela produção para o autoconsumo familiar e a participação em projetos agroecológicos, mas também se deparam com a subjugação do trabalho seja produzindo mercadorias para o capital no lote, seja empregando sua força de trabalho nos canaviais.

Apresentamos uma contextualização histórica do processo de formação do território do Pontal do Paranapanema, fruto do conflito e da disputa pela terra. Pontuamos as ações do capital nesse território por meio da territorialização dos monopólios e da monopolização do território, assim como destacamos ações de resistência.

O foco principal do texto foi a discussão sobre as condições de trabalho no setor canavieiro, as formas de controle dos trabalhadores e as consequências para sua saúde com base em entrevistas realizadas com assentados agregados que trabalham no setor canavieiro.

De acordo com os resultados parciais aqui apresentados, o trabalho no setor canavieiro, predominantemente mecanizado, é realizado em um ritmo intenso e fortemente controlado. Os trabalhadores têm a percepção de diversos riscos de acidentes que envolvem o trabalho, acidentes que podem ser mortais. Esses fatores fazem com que os trabalhadores tenham que ficar sempre em estado de alerta, fato que gera um nível elevado de estresse.

Além disso, os trabalhadores foram impactados negativamente pelas mudanças na legislação trabalhista, sobretudo, pela perda das horas *in itinere*. Eles ficam cerca de 12 horas fora do lote para trabalhar fora, mas ainda assim realizam as tarefas diárias no assentamento e buscam condições de se manterem na terra.

Os relatos dos entrevistados reforçam a percepção de que a expansão da cana-de-açúcar tem praticamente “cercado” os assentamentos de reforma agrária no Pontal do Paranapanema impondo dificuldades para a produção de alimentos agroecológicos e acarretando a perda de produção em razão da pulverização aérea de agrotóxicos. O discurso em torno da geração de emprego que o setor fornece para a região, esbarra-se nas condições de trabalho que degradam a saúde dos trabalhadores. Além disso, há a degradação ambiental com todo o prejuízo causado pela contaminação por agrotóxicos das águas, dos alimentos e do meio ambiente impactando na qualidade de vida de toda a população que reside no Pontal do Paranapanema.

REFERÊNCIAS

ANTÔNIO. Entrevista concedida à Angela dos Santos Machado. Teodoro Sampaio, 2018.

BARRETO, M.J. Territorialização das agroindústrias canavieiras no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho. 245 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2012.

BARONE et al. Considerações acerca da produção nos assentamentos do Pontal do Paranapanema. **Retratos de assentamentos**, v.15, n.1, 2012.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm>. Acesso em 23 mai 2018.

NEVES NETO, C. de C.; HESPANHOL, A.N. Os efeitos da descontinuidade no programa de microbacias em São Paulo. **Revista Formação**, Presidente Prudente, n.22, vol.2, p.234-251, 2015.

DATALUTA. Banco de dados da luta pela terra: Relatório Pontal do Paranapanema 2013. **NERA**. Presidente Prudente, 2014.

FELICIANO, C.A. Território em disputa: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema. 575 f. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

_____. O conflito com o elemento chave na construção da região do Pontal do Paranapanema. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, p.167-186, 2013.

FERNANDES, B.M. Delimitação conceitual de Campesinato. In: CARVALHO, H. M. de. **O Campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

FERNANDES, B.M.; RAMALHO, C.B. Luta pela terra e desenvolvimento

rural no Pontal do Paranapanema (SP). **Estudos Avançados** 15 (43), 2001.

ITESP. **Assentamentos Rurais**. Disponível em: <<http://201.55.33.20/page.php?tipo=21>>. Acesso em 20 mai 2018.

JOÃO. Entrevista concedida à Angela dos Santos Machado. Teodoro Sampaio, 2018.

JOSÉ. Entrevista concedida à Angela dos Santos Machado. Teodoro Sampaio, 2018.

LEAL, S.C.T. A dinâmica territorial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Pontal do Paranapanema-SP no contexto dos conflitos. **Dissertação** (mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2017.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2002.

MEYER, A., *et al.* Os agrotóxicos e sua ação como desregulares endócrinos. In: PERES, F., and MOREIRA, JC., orgs. **É veneno ou é remédio?: agrotóxicos, saúde e ambiente** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. p. 101-118.

NEGRÃO, G.C.P. et. al. Estratégias de reprodução do campesinato no Pontal do Paranapanema (SP): o caso da comercialização das cestas agroecológicas e solidárias “raízes do Pontal”. In: Anais da XVIII Jornada do Trabalho: A dialética entre o pessimismo da razão e o otimismo da ação para a classe trabalhadora em tempos de golpe, 2017. Goiânia. **Anais...Goiânia**: UFG, 2017, p.355-370.

OLIVEIRA, A.U de. **A mundialização da agricultura brasileira**. In: Colóquio Internacional de Geocrítica: Las independencias y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX, 12. Bogotá, mai., 2012.

OLIVEIRA, L.B. de; FELICIANO, C.A. Pontal do Paranapanema: integração dos assentados de reforma agrária à indústria no plantio de pepinos. In: Anais da XVIII Jornada do Trabalho: A dialética entre o

pessimismo da razão e o otimismo da ação para a classe trabalhadora em tempos de golpe, 2017. Goiânia. **Anais...**Goiânia: UFG, 2017, p.146-160. PEDRO. Entrevista concedida à Angela dos Santos Machado. Teodoro Sampaio, 2018.

PIGNATI, W.A. Acidente rural ampliado: o caso das “chuvas” de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde – MT. **Ciência e Saúde Coletiva**, 12(1):105-114, 2007.

RABELLO, D. Campesinato e agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema: os desafios para a transição agroecológica. **Monografia**. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2014.

SILVA, J.M. ‘Não me chame de senhora, eu sou feminista’!: posicionalidade e flexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey. **GEOgraphia**. vol.19, nº40, Niterói, mai./ago., 2017.

SOBREIRO FILHO, J. O movimento em pedaços e os pedaços em movimentos: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses. 546 f. **Dissertação** (mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2013.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: A relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume, 2002.

APOSENTADORIA ENTRE OS ASSENTADOS RURAIS: CONQUISTAS, BENEFÍCIOS E BLOQUEIOS

*Rubens de Oliveira Eliziário¹
Vera Lucia Silveira Botta Ferrante²
Hildebrando Herrmann³*

RESUMO: O objetivo deste artigo foi discutir a previdência social rural no Brasil e as particularidades do segurado especial no Assentamento Reage Brasil, Bebedouro-SP. Foram aplicados questionários estruturados e entrevistas semiestruturadas às 57 pessoas de 42 lotes que recebem benefícios previdenciários e em 10 lotes que não dispõem do benefício previdenciário, além de serem consultados dados de caderneta de campo de 2014 e bancos de dados da Fundação ITESP. Os resultados revelam contradições e erros de interpretação na aplicação dos direitos previdenciários ao segurado especial. Constatou-se também que após a obtenção do benefício, ocorrem mudanças benéficas na vida do assentado. Os recursos são utilizados para a compra de alimentos, insumos agropecuários, roupas e remédios, reforma da casa, viagem para casas de filhos e realização de empréstimo consignado. A maioria dos benefícios, que tem melhorado a qualidade de vida das famílias, só foi conseguida via ação judicial. O tema ganha importância, não só porque a reforma da previdência tem sido matéria de discussão continuada e controversa da conjuntura brasileira, mas porque é pouco estudada na significativa produção acadêmica voltada a assentamentos rurais.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamentos rurais; Previdência Social Rural; Segurado Especial.

¹Mestre pelo Programa de Pós-Graduação (PPG) em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara – UNIARA. Advogado e Técnico em Desenvolvimento Agrário da Fundação ITESP. E-mail: rubenselizario@yahoo.com.br.

²Docente e Coordenadora do PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA. E-mail: ybotta@techs.com.br.

³Docente do PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA. E-mail: dtmeioambiente@uniara.com.br.